

# A IMPOSSIBILIDADE DO CONHECIMENTO NÃO-HUMANO NA FILOSOFIA KANTIANA

*The impossibility of knowledge in nonhuman Kantian philosophy*

Márcio Francisco Rodrigues Filho\*

**Resumo:** Neste artigo pretendo mostrar que, seguindo-se a teoria da experiência proposta por Kant, animais não-humanos jamais seriam capazes de identificar objetos do mundo exterior. Isso porque, de acordo com Kant, para se ter experiência empírica são necessárias duas fontes do conhecimento: conceitos e intuições. Porém, somente seres humanos operam com conceitos; animais, não. Cães e gatos, no entanto, assim como os seres humanos, reconhecem e são capazes de identificar objetos mesmo não possuindo pensamento abstrato e reflexivo (razão). A tese de Kant mostra-se, com efeito, falsa, pois, como procurarei mostrar, ela impossibilita que animais não-humanos portem esses estados cognitivos. Para tanto, primeiramente apresento a teoria da experiência kantiana, isto é, como a experiência é possível de acordo com a sua filosofia transcendental. No segundo momento, apresento meus argumentos em objeção à esta tese. Por fim, a partir de minhas objeções, concluo que devemos rejeitar a afirmação de Kant a respeito da experiência, pois sua tese sobre o modo como podemos conhecer o mundo objetivo, de acordo com meus argumentos, se mostra contraditória ao necessitar de uma base cognitiva que requeira intuições e conceitos.

**Palavras-chave:** teoria da experiência; intuições; conceitos; Kant; animais não-humanos.

**Abstract:** In this paper I intend to show that, following the theory of the experiment proposed by Kant, nonhuman animals would never be able to identify objects in the outside world. That's because, according to Kant, to have empirical experience requires two sources of knowledge: concepts and intuitions. But only humans operate with concepts; animals, no. Dogs and cats, however, as humans, are able to recognize and identify objects even not having reflective and abstract thought (reason). Kant's thesis proves, in fact, false, therefore, try to show how it makes it impossible for nonhuman animals have these cognitive states. For this purpose, first introduce the background theory Kant, i.e., as experience is possible in accordance with its transcendental philosophy. In the second, I present my arguments in objection to this thesis. Finally, from my objections, I conclude that we should reject the claim Kant about the experience because his thesis about how we can know the objective world, according to my arguments, it shows contradictory to require a cognitive base requiring intuitions and concepts.

**Keywords:** theory of experience, insights, concepts, Kant, nonhuman animals.

\* Mestrando em filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Bolsista Capes. Contato: marcio.francisco.rodrigues@gmail.com

## Introdução

Como sabemos, na teoria de Kant, intuições e conceitos são “as duas fontes principais” da experiência humana (CRP, B74). Na visão kantiana, ter uma representação intuitiva é representar algo como localizado no espaço e no tempo; e representar algo no espaço e no tempo é representá-lo como um *objeto*. Mas como *objeto* é um conceito epistêmico, somente apreendemos empiricamente objetos mediante *conceitos* empíricos.<sup>1</sup> Neste artigo, pretendo mostrar que, seguindo-se essa teoria proposta por Kant, animais não-humanos, como cães e gatos, uma vez que não lidam com conceitos, seriam *cegos*, isto é, seriam incapazes de perceber objetos. A consequência, aliás, é radical, pois, sem o domínio de conceitos, animais não-humanos seriam incapazes de ter experiências ou de produzir conhecimento empírico de qualquer tipo. Ora, todos concordamos que animais não-humanos, justamente por serem não-humanos e *irracionais*, não podem conhecer por conceitos, pois eles não têm conhecimento discursivo, tampouco linguagem racional e abstrata. Eles não podem, obviamente, fazer ciência. Mas disso não se segue que sejam incapazes de conhecimento não-discursivo, não-conceitual. O problema é que se seguirmos a teoria da experiência de Kant, essa conclusão torna-se necessária. Não há, para Kant, nem poderia haver, conhecimento não-conceitual. O problema é que, com isso, animais não-humanos seriam seres completamente incapazes de qualquer experiência objetiva, pois, segundo Kant, *intuições sem conceitos são cegas* (CRP, A51/B76):

Intuições e conceitos constituem, pois, os elementos de toda nossa cognição, de modo que nem conceitos sem intuições correspondentes a eles de certa maneira correspondente a eles nem intuições sem conceitos podem fornecer uma cognição. [...] Pensamentos sem conteúdo são *vazios*, intuições sem conceitos são *cegas*. Portanto, é tão necessário fazer dos conceitos mentais conceitos sensíveis – quer dizer, acrescentar-lhes o objeto a eles numa intuição – como fazer de nossas intuições compreensíveis – quer dizer, pô-las sob conceitos. Essas duas faculdades, ou capacidades, não podem trocar suas funções. O entendimento não pode nada intuir, e os sentidos nada podem pensar. Somente de sua unificação é que a cognição pode surgir (CRP, A50-51/B74-76).<sup>2</sup>

É um dogma na filosofia moderna seguida por Kant a tese de que a razão é a faculdade de se conhecer por conceitos<sup>3</sup> (CRP, A69/B94), bem como a tese de que é a razão o que difere os humanos

<sup>1</sup> Há amplo consenso sobre essa descrição da visão de Kant sobre o conhecimento empírico. Wilfrid Sellars (1967) foi um dos que descreveram a teoria da experiência de Kant nesses termos.

<sup>2</sup> A tradução dessa passagem foi feita tendo por base a tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Boosburguer para a Coleção “Os pensadores” (Abril Cultural, 1983) da Crítica da Razão Pura de Kant, compilada com o original e com traduções para a língua inglesa (como a tradução inglesa de J. Meiklejohn para o *Gutenberg Project* - <http://www.gutenberg.org/cache/epub/4280/pg4280.html>). As referências à Crítica da Razão Pura serão assinaladas com a sigla “CRP” seguida da página da segunda edição original da *Kritik der reinen Vernunft* de 1787, conhecida como edição “B” (também assinalaremos sempre que possível a paginação da primeira edição, conhecida como edição “A”).

<sup>3</sup> Kant, ao explicar sobre o que é um juízo, define-o como sendo o “conhecimento mediato de um objeto” (CRP, A68/B93). Nesse sentido, existe no juízo um conceito válido para diversos conceitos e que, nessa multiplicidade, há uma *dada* representação, fazendo com que essa representação seja atribuída imediatamente ao objeto. “Os juízos são funções da unidade entre nossas representações, já que, em vez de uma representação imediata, se carece, para o conhecimento do objeto, de uma *mais elevada*, que inclua em si a primeira e outras mais, e deste

dos outros animais (MATOS, 2011, p. 49). Descartes, representante mais famoso dessa concepção, descreveu a razão como faculdade de se encontrar a verdade, afirmando que “quanto à razão ou ao bom senso, posto que é a única coisa que nos torna homens e nos distingue dos animais, quero crer que existe inteiramente em cada um, e seguir nisso a opinião comum dos filósofos” (DESCARTES, 1987, p. 29). Nisso Descartes é seguido por Locke, em seu *Ensaio acerca do entendimento humano*:

[A] palavra “razão” no idioma inglês, tem diferentes significados: às vezes é tomada por princípios verdadeiros e claros; e outras vezes pela causa, e especialmente pela causa final. Mas a consideração que farei sobre ela importa num significado diferente de todos estes, dizendo respeito a como ela significa a faculdade do homem, que é a faculdade pela qual o homem é suposto distinguir-se das bestas, e pela qual é evidente que ele as ultrapassa (LOCKE, 1987, p. 198).

Da mesma forma, Leibniz, nos *Novos ensaios sobre o entendimento humano*, toma essa mesma posição, afirmando que essa é uma faculdade “que o homem se distingue do animal e o supera em muito” (LEIBNIZ, 1987, p. 389). Assim, a filosofia moderna, desenvolve uma tradição que se preocupa em explicar a “capacidade e o alcance do conhecimento, entendendo tal conhecimento como um elemento encontrado exclusivamente no ser humano, e do qual só ele seria dotado” (MATOS, 2011, p. 49). Kant inova, no entanto, ao radicalizar essa ideia ao afirmar que o conhecimento por conceitos é indispensável para que a própria experiência se torne possível. Sem conceitos, os humanos estariam incapazes tal como os animais não-humanos de conhecer o mundo objetivo.

Kant declarou ter acordado do “sono dogmático” graças a Hume e grande parte da *Crítica da razão pura* foi um esforço de responder as questões levantadas pelo filósofo escocês. Contudo, para Hume, era evidente que os animais podem e conhecem de forma análoga e semelhante à nossa; com isso, qualquer hipótese de explicação mental dos homens e animais deveria poder ser aplicada a ambos.

No *Tratado da natureza humana*, Hume faz uma analogia entre o modo de conhecer dos homens e dos animais e ressalta que os argumentos nesse caso são, além de óbvios, muito claros, e que qualquer um pode reconhecê-los, até mesmo os mais “estúpidos e ignorantes”, uma vez que “com base na semelhança entre as ações externas dos animais e as por nós mesmos realizadas que julgamos que também suas ações internas se assemelham às nossas” (HUME, 2001, p. 210). Há, como se vê, uma evidente diferença nesse aspecto entre Hume e Kant. Para Kant, o que importa sobretudo é mostrar em que diferimos dos animais. O problema é que sua teoria conduz a uma consequência absurda, pois contradiz algo que não só a ciência e a biologia, mas o próprio senso comum, tomam por evidentes: animais dotados de inteligência reconhecem e distinguem objetos em muitos aspectos tais como os seres humanos. Há, por certo, inteligência animal; logo, animais são seres capazes de cognição. Mas a teoria de Kant exige que toda cognição seja conceitual. Procurarei, assim, mostrar que, para que a

---

modo se reúnem num só muitos conhecimentos possíveis [...], de tal modo que o entendimento em geral pode ser uma faculdade de julgar. Porque, consoante o que ficou dito, é uma capacidade de pensar. Ora, pensar é conhecer por conceitos” (CRP, A69/B94).

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.1	Junho 2013	p.53-64
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

experiência se torne possível de acordo com a teoria da experiência kantiana, é necessário que se possua não apenas intuições, mas também conceitos. Mas isso é rotundamente falso, pois animais não-humanos claramente podem constatar a existência do mundo objetivo, mesmo não lidando com conceitos.

### 1. A possibilidade da experiência fundada através da união de intuições e conceitos

Em Kant, o que torna a experiência possível, ou seja, conhecer um objeto do mundo empírico, é o *objeto transcendental*. Esse objeto transcendental é um produto da dedução transcendental, ou seja, é um objeto produzido pelas categorias do entendimento. Segundo Kant, esse objeto transcendental produzido pelas categorias do entendimento é o que determina que um objeto seja conhecido, pois esse conhecimento se dá por meio da aplicação dos conceitos puros do entendimento (tábua das categorias) às intuições possíveis. Dessa forma, há duas condições para que se conheça um objeto: a primeira “é a *intuição*, pela qual é dado o objeto, mas só como fenômeno; a segunda é o *conceito*, pelo qual é pensado um objeto que corresponde a essa intuição” (CRP, A93, B125). Agora vejamos como isso acontece.

Da exposição acima, fica claro que, para que a experiência torne-se possível é necessário que se possa conhecer por intuições e conceitos. Isso porque são nossas intuições *a priori*, o espaço e o tempo (as formas puras da sensibilidade), que nos fornecem os dados da experiência. Tais dados são o material empírico de nossas intuições, essas as formas da nossa sensibilidade (tempo e espaço), tal como Kant detalha na *CRP*, na *Estética Transcendental*:

Sejam quais forem o modo e os meios pelos quais um conhecimento se possa referir a objetos, é pela *intuição* que se relaciona imediatamente com estes e ela é o fim para o qual tende, como meio, todo o pensamento. Esta intuição [...], só é possível, [pelo menos para nós homens], se o objeto afetar o espírito de certa maneira. A capacidade de receber representações (receptividade), graças a maneira como somos afetados pelos objetos, denomina-se *sensibilidade* (CRP, A19, B32).

De acordo com Kant, antes de “vermos” uma bola, ela ainda não é dessa forma como nós a vemos: *redonda*, com todos os seus detalhes fenomênicos. Porque a bola, como objeto “em si”, segundo a teoria Kantiana, nem sequer conhecemos, já que conhecemos apenas o fenômeno. Conhecemos, portanto, o *fenômeno* da bola, isto é, como a bola aparece para nós, para a nossa cognição. A bola se dá para nós primeiramente através das *formas* da intuição. Assim, num primeiro momento, a bola é apenas um material empírico que está submetido às formas da nossa sensibilidade: espaço e tempo.

Espaço e tempo não são formas exteriores a nós, mas sim formas com que conhecemos as coisas do mundo. São formas que Kant chama de *a priori*, pois essas formas existem independentemente de qualquer experiência, de qualquer dado empírico. Em resumo, podemos dizer

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.1	Junho 2013	p.53-64
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

que o espaço e o tempo, as formas da nossa sensibilidade, são como uma máquina de moer carne, que faz com que nós vejamos a carne sempre já moída e não, inteira, na sua forma anterior ao estado atual (carne moída, após ter sido passada na máquina). Porém, como essa máquina (espaço e tempo) está em nós, no nosso intelecto, não temos como ver a carne antes de estar moída, pois o que vemos da carne está sempre submetido ao processo de moer. Diante disso, quando vemos a bola, podemos dizer que a bola enquanto tal, como ela é na verdade, não podemos enxergar, pois quando vemos a bola, ela já passou pelo nosso moedor de carne cognitivo, isto é, ela já foi submetida às formas do tempo e espaço e, por isso, vemos a bola dessa forma que ela é para nós, esférica, com todos os seus detalhes, desse jeito e não de outro.

Além disso, o que torna a experiência possível é o entendimento, uma faculdade de pensar, pois um juízo na teoria kantiana só pode participar do conhecimento de um objeto da experiência à medida que dá unidade ao múltiplo da intuição (TELES, 2007, p. 135). Os juízos em Kant comportam elementos que não possuem apenas elementos discursivos, na medida em que, através das categorias do entendimento, é que o múltiplo da intuição ganha sua unidade formando o objeto. “A lógica transcendental defronta-se com um diverso da sensibilidade *a priori*, que a estética transcendental lhe fornece, para dar uma matéria aos conceitos puros do entendimento” (CRP, A76, B102). É através do entendimento que a experiência se torna possível, já que o entendimento em Kant (faculdade de julgar, de pensar, de conhecer por conceitos) não trabalha apenas com conceitos, mas também com intuições – pois pela intuição a experiência nos é dada e pelo conceito ela é pensada, ou nas próprias palavras de Kant: “pela primeira é nos *dado* um objeto; pela segunda, é pensado com relação àquela representação” (CRP, A50/B75). O entendimento em Kant é pensado como uma faculdade de julgar, pois os “juízos são funções da unidade entre nossas representações, já que, em vez de uma representação imediata, se carece, para o conhecimento do objeto, de uma *mais elevada*, que inclua em si a primeira e outras mais” (CRP, A69, B94). O entendimento é tido por Kant como uma faculdade de julgar, de pensar; ora “pensar é conhecer por conceitos” (CRP, A69, B94).

Voltando novamente ao exemplo da bola – a qual, quando a vemos, trata-se apenas de uma massa física que passou pelo nosso *moedor de carne cognitivo* que está em nós e não propriamente fora de nós. Podemos dizer que o processo de juntar essa massa, unir todo esse diverso que foi dado pela intuição através de suas formas (moedor de carne: tempo, espaço), é uma função do entendimento. É o entendimento que dá unidade a essa “massa moída”; e ele dá essa unidade através das doze categorias do entendimento. A intuição fornece a matéria que ganha objetividade através das categorias do entendimento, pois todo esse diverso da intuição é “recebido, ligado de determinado modo” (CRP, A76, B102) através das categorias e suas dose funções, “o qual, não é mais do que a capacidade de ligar *a priori* e submeter o diverso das representações à unidade da percepção” (CRP, B135). Por isso, esse ato de juntar as representações umas às outras, concebendo a diversidade toda em um único conhecimento, Kant chama de síntese (CRP, A76, B102-103):

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.1	Junho 2013	p.53-64
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

A mesma função, que confere unidade às diversas representações *num juízo*, dá também unidade à mera síntese de representações *numa intuição*; tal unidade expressa de modo geral, designa-se por conceito puro do entendimento. O mesmo entendimento, pois, e isto através dos mesmos atos pelos quais realizou nos conceitos, [...] a forma lógica de um juízo, introduz [...] mediante a unidade sintética do diverso na intuição [...] um conteúdo transcendental nas suas representações do diverso (CRP, A79, B104-105).

Podemos ver de maneira clara que, na teoria da experiência kantiana, a doutrina das categorias faz a síntese do diverso numa intuição, tornando possível o conhecimento de um objeto. Isso ocorre porque em Kant “faculdades cognitivas podem cooperar” (TELES, 2007, p.135), ou seja, o entendimento não trabalha apenas com conceitos, ou somente com intuições, mas sim com ambos. Isso faz do entendimento uma faculdade *abstracta-intuitiva*. Assim, o entendimento, entendido como faculdade dos conhecimentos, que nada mais são do que uma determinada relação “de representações dadas a um objeto” (CRP, B137), enquanto objeto é aquilo em que está delimitado o conceito reunido no diverso de uma intuição dada (CRP, B137). Por isso, não podemos conhecer, tampouco dar objetividade a uma intuição, se não podemos pensar por conceitos. Essa função, como já foi dito, de dar unidade ao múltiplo da intuição, é função das categorias. Nas próprias palavras de Kant:

[...] as categorias [...] são apenas as regras para um entendimento, do qual todo o poder consiste no pensamento, isto é, no ato de submeter à unidade da percepção a síntese do diverso, que lhe foi dado, de outra parte, na intuição. O entendimento, portanto, por si nada conhece, mas apenas liga e ordena a matéria do conhecimento, a intuição, que tem que lhe ser dada pelo objeto (CRP, B145).

Entendidas por Kant como sendo uma função do entendimento que nos dá o *objeto da experiência*, as *categorias do entendimento* (esse múltiplo dado por uma intuição que é unido através da forma lógica do entendimento) são, aquilo que como já disse, une o esse múltiplo da intuição no entendimento e esse múltiplo ganha o nome de *objeto transcendental*, o objeto da experiência possível – dado que, para se conhecer, é necessário dois elementos: em primeiro lugar, “conceito, mediante o qual é pensado em geral o objeto (categoria); em segundo lugar, a intuição, pela qual é dado” (CRP, B146). Por isso Kant diz que “todo o conhecimento exige um conceito, por mais imperfeito e obscuro que possa ser” (CRP, A106).

Pelo exposto acima, julgo ter demonstrado que, na teoria da experiência de Kant, para se ter acesso ao conhecimento do mundo, para se intuir um objeto empírico, “real”, físico, é necessário que se possa conhecer por conceitos e intuições. Ressalto ainda que a intuição ou é pura ou empírica. Pura (espaço e tempo) é a forma como nosso *moedor de carne cognitivo* é feito; isto é, a forma como ele mói a carne (matéria). Uma intuição é empírica quando a intuição é a sensação, ou seja, quando um objeto é nos apresentado como real no espaço e no tempo. Porém, “*coisas no espaço e no tempo* só nos são dadas [...] na medida em que são percepções (representações acompanhadas de sensação)” (CRP, B147). O que indica que para essas intuições serem conhecimento, isto é, algo objetivo, é preciso que as categorias entrem em ação, na medida em que “servem para o conhecimento das coisas,

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.1	Junho 2013	p.53-64
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

na medida em que estas são consideradas como objeto da experiência possível” (CRP, B148). Isto é, a experiência só se torna possível através da aplicação das doze categorias do entendimento, que têm função de conhecer por conceitos.

Em síntese:

1° O material o qual será pensado nos é primeiramente dado através das nossas intuições.

2° Esse material passa pelo “filtro” da nossa sensibilidade, ou seja, passa pela forma da nossa sensibilidade, que é (tempo e espaço).

3° A intuição fornece esse material que ganhou acesso, através da sensação, pelas formas da sensibilidade, ao juízo.

4° O juízo, uma função do entendimento, dá unidade a essas representações da intuição através das categorias do entendimento.

5° Essa representação se torna uma realidade objetiva ao passar pela unidade sintética da apercepção.

6° Essa unidade sintética da apercepção, que é uma função das categorias, nos proporciona a realidade objetiva através do objeto transcendental.

7° O objeto transcendental é o objeto da experiência possível, que é uma unidade dada pelas categorias do entendimento aos conceitos dados a uma intuição.

8° Sem a unidade do múltiplo da intuição efetuada pela categorias não há objeto transcendental, o objeto da experiência possível. Logo, sem esse objeto não há experiência.

9° O objeto das categorias, o objeto transcendental, é o que possibilita a experiência ser efetuada na teoria do conhecimento de Kant.

## 2. A impossibilidade de um conhecimento não-humano

A minha opinião é que, na teoria do conhecimento de Kant, animais irracionais não poderiam intuir os objetos do mundo empírico, isto é, seriam incapazes de conhecer o mundo objetivo, ou seja, os objetos físicos<sup>4</sup>. Isso porque em Kant a possibilidade da experiência está fundada em dois elementos: o primeiro é o conceito, o qual é pensado o objeto em geral através das categorias; o segundo é a intuição, pela qual o objeto que ainda não foi pensado, portanto, não-objetivo, é *dado*<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> John McDowell concorda comigo nesse sentido. Como ele mesmo ressalta em sua obra *Mente e Mundo* ao fazer sua leitura da filosofia de Kant: “É a espontaneidade do entendimento, o poder do pensamento conceitual, que dá visibilidade tanto ao mundo quanto ao eu. Criaturas sem capacidades conceituais carecem de autoconsciência e – isto é parte do mesmo pacote da experiência da realidade objetiva. Reconheço que essa restrição levanta uma questão sobre as capacidades perceptivas de meros animais. Meros animais não estão no escopo da filosofia kantiana, já que eles não possuem a espontaneidade do entendimento. [...] Segue-se daí que meros animais não podem passar por uma ‘experiência externa’” (McDOWELL, 2005, p. 153).

<sup>5</sup> Segundo Schopenhauer, quando Kant detalha as formas universais da intuição, ele também deveria detalhar o seu conteúdo empírico, o que ele não faz. Apenas coloca que isso “é nos dado de fora”. Isso leva a crer que nosso intelecto possui duas fontes de conhecimento: a receptividade das ações que é a capacidade de receber as representações e a espontaneidade que é como se conhece o objeto por meio dessas representações: pela primeira

Assim, são as formas da sensibilidade – tempo e espaço (intuição), mais o objeto das categorias (conceito) do entendimento o que possibilitam o conhecimento do mundo empírico. Contudo, sabe-se que animais não-humanos, justamente por serem irracionais, são incapazes de conhecer por conceitos e não têm uma linguagem abstrata; por isso, não são capazes de refletir, de fazer julgamentos. Sendo, portanto, desprovidos de juízo, não poderiam lidar com conceitos.

Irei agora apresentar dois argumentos em favor de que, se Kant estiver certo, então animais irracionais não poderiam intuir os objetos do mundo objetivo, tampouco, conhecê-los. O primeiro argumento é o seguinte. Se para intuirmos o mundo objetivo e conhecê-lo é preciso não apenas intuições, mas também conceitos, então, animais que não falam, isto é, que não têm uma linguagem abstrata e discursiva, não poderiam intuir e/ou conhecer o mundo objetivo. Assim, cães e gatos, já que não falam, não poderiam intuir, tampouco, conhecer o mundo objetivo. Mas animais lidam de forma eficiente com o mundo objetivo; eles identificam, logo, intuem objetos e reagem a eles de forma semelhante aos humanos, isto é, de forma inteligente. Com efeito, a teoria de Kant é falsa. Esse ponto fica mais claro com um exemplo dado por Eric Matthews em seu livro *Mente: conceitos-chave em filosofia*, sobre as capacidades cognitivas de um gato que o auxiliam a empurrar uma portinhola. O gato não trata todas as coisas de “sua vida” como “portinhola”, visto que ele é capaz de distinguir um objeto do outro. “O gato distingue uma portinhola de outras coisas que parecem similares com uma forma de sair de casa: nesse sentido, ele atribui certo *significado* à portinhola” (MATTHEWS, 2007, p. 74). É visível que o gato empurra a peça plástica, retangular, instalada na porta, porque “quer sair, ou entrar” da casa. Nesse sentido, o gato “sabe” o que está fazendo. “A portinhola é o objeto intencional do desejo do gato” (MATTHEWS, 2007, p. 78). O problema é que para Kant, assim como Descartes, os animais seriam meros autômatos, sem mente, uma vez que não se envolveriam com o pensamento abstrato e reflexivo. Porém, apenas algumas de nossas experiências envolvem esse tipo de pensamento, mas todas as experiências envolvem a consciência ou a mente de alguma forma. Podemos nos preocupar com os juros do cheque especial porque somos dotados de linguagem e dessa forma atribuímos valor a coisas como o dinheiro. Uma nota de 50 reais, feita de papel, não tem esse valor intrínseco, mas sim, porque nós concordamos consensualmente que ela tem. O fato do dinheiro, que é um objeto “ser constituído de fibras de celulose independe da observação de alguém” (SEARLE, 1998, p. 42), mas o fato de *valer 50 reais*, sim.

Agora, que animais não possam sentir o cheiro e o gosto de algum alimento, o som de algum objeto caindo e se espatifando, e até mesmo sentir raiva, ou ainda, uma memória simples de algo que cause dor, ou do prazer porque não possuem pensamento abstrato e reflexivo, parece-me não apenas algo absurdo, mas que tem sérias consequências éticas (que não procurarei detalhar aqui). É visível que os animais não apenas possuem mente, mas que é ela que os auxilia a lidarem de forma inteligente

---

nos é dado o objeto, pela segunda é pensado. Isto é falso diz Schopenhauer, pois para ele a impressão que nos vem de fora, a qual temos mera receptividade, é a única que é “dada” e já seria uma representação e até mesmo um *objeto* (SCHOPENHAUER, 1991, p.104).

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.1	Junho 2013	p.53-64
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------



com o mundo que os cerca. Os animais têm cérebros que até certo ponto são semelhantes aos nossos. O que de fato animais não têm é linguagem. O que os possibilitaria contextualizar, acredito, o mundo e abstraí-lo da forma como nós humanos fazemos.

Os animais, sejam eles capazes de raciocinar ou não, certamente possuem mentes no sentido de possuir sensações de dor ou prazer e não parece existir, portanto, nenhuma razão para acreditar que causar dor aos animais, ou seja, infringir-lhes crueldade seja moralmente mais justificável do que infligi-la aos seres humanos (MATTHEWS, 2007, p. 87).

O segundo argumento é o seguinte. Se para intuir e conhecer o mundo objetivo é necessário conhecer por conceitos, então cães e gatos seriam todos *cegos*, pois não conseguiriam enxergar os objetos do mundo objetivo, já que se não conhecessem por conceitos, seriam também incapazes de ter percepções. Se forem incapazes de ter percepções, não poderiam ter percepções visuais, mas apenas sensações. Essas sensações seriam apenas sentimentos locais, de dor ou prazer, mas que nada seriam sem a percepção. Isso porque, para que pudessem objetivar essas sensações, isto é, para que pudessem percebê-las de fato, seria indispensável a função do entendimento e das *categorias*, que fornecem as qualidades do objeto, objetivando a dor e o próprio prazer, como até mesmo a existência dos objetos, existência que se efetuará através do objeto transcendental, ou como diz Kant: *objeto da experiência possível*. Por isso, sem as categorias, função do entendimento, que trabalha com conceitos, as intuições de animais não-humanos (que não lidam com conceitos) seriam cegas, já que esses não conhecem por conceitos. O argumento pode ser resumido pela célebre frase de Kant: “Pensamentos sem conteúdos são vazios; intuições sem conceitos são cegas” (CRP, A51, B75). Mas isso é um absurdo: *animais obviamente não são cegos*.

Kant poderia responder aos meus argumentos de várias formas. Por exemplo, poderia dizer que animais não apenas intuem objetos, mas podem enxergá-los, pois eles têm *sensação*. A sensação permite aos animais intuir os objetos do mundo objetivo, pois os cães e gatos, diria Kant, assim como nós, seres humanos, intuimos os objetos através das formas da sensibilidade, tempo e espaço. Essas formas fazem com que nós, seres humanos, bem como, animais não humanos, possamos ter intuições empíricas através da sensação. Essa intuição empírica, *dada* através das formas da sensibilidade (tempo e espaço), faria com que os animais representassem a sensação como “real, no espaço e no tempo” (CRP, B147) e isso proporcionaria aos animais conhecerem os objetos enquanto objetos reais, mas apenas enquanto representações que os afetam. Por isso, seriam capazes de intuir e enxergar os objetos do mundo objetivo através da sensação, situando esses objetos como existentes fora deles, enquanto fenômenos, uma vez que o material das intuições é-nos dado “de fora”.

Todavia, essa resposta é falha, porque Kant estaria se comprometendo com o problema da *afecção*<sup>6</sup>, isto é, teria que aceitar que o material que é *dado* na intuição, aquele que vem de fora da

<sup>6</sup>Segundo Ferreira, Kant buscou a base realista de sua teoria recaindo no problema da afecção. Ora, se o material da intuição nos é dado, então esse material seria causa das representações, pois atenderia ao “caráter *dado* do

nossa sensibilidade, seria a causa das nossas representações. Mas isso implicaria assumir a existência de coisas-em-si-mesmas como a *causa* de nossas afecções. Ora, isso caracterizaria aqui uma posição dogmática, a respeito da qual Hume advertira antes<sup>7</sup>. Kant teria de assumir que esses “objetos”, ou esse material da intuição, seria efetivamente *real* e não apenas estruturas meramente pensadas. Mas isso o comprometeria com a tese de que conhecemos a coisa em si, uma vez que poderíamos conhecer aquilo que nos afeta, e concluir que aquilo que nos afeta é real, físico e empírico, descaracterizando a função do objeto transcendental, antes “pressuposto” como causa inteligível do fenômeno em geral, para que apenas tivéssemos algo que correspondesse a nossa sensibilidade como uma *receptividade* (FERREIRA, 1992, p. 91).

Kant ainda poderia responder minhas objeções afirmando que nem ao menos caberia uma resposta, já que ele mesmo disse que apenas estava comprometido com uma filosofia *transcendental*, com “um sistema de conceitos e princípios que se relacionam a objetos em geral, mas que não diz respeito ao modo como eles podem ser dados” (CRP, A845, B873).

Essa resposta também é falha, porque se Kant não quis se comprometer com uma tese sobre as nossas faculdades cognitivas, então com que direito investigou a razão, impondo-a a um tribunal onde julgou as suas pretensões? E ainda, como constituir uma teoria da experiência consistente, que possa ser tomada como verdadeira, quando essa não se compromete a explicar como os *objetos em geral* são dados na nossa intuição.<sup>8</sup> Isto é: que material é esse que Kant apenas disse ser *dado* através das formas da sensibilidade? Esse ponto é crucial, porque uma vez que esse “dado” não é ou não pode ser explicado como sendo um objeto real, externo, dentro de uma perspectiva kantiana, comprometerá Kant com uma posição que é sabida por todos que ele queria evitar: o solipsismo<sup>9</sup>.

---

objeto, distinto do seu ser construído, e que se centra na afirmação da coisa em si” (FERREIRA, 1992, p.91). O problema da afecção é uma polêmica que surgiu do apêndice de um diálogo de 1792 de Friedrich Heinrich Jacobi intitulado: *David Hume Sobre a Crença: ou Realismo e Idealismo*. Jacobi foi precursor em trabalhar o “problema da afecção”, procurando demonstrar através de citações da primeira edição da *Crítica da Razão Pura* que o Idealismo Transcendental levaria ao dogmatismo, uma vez que Kant, nessas passagens, deixa claro que não se pode se referir a fenômenos fora de nós como sendo coisa em si, no entanto, Jacobi nos mostra que tais representações (material dado pela sensibilidade) são objetos empíricos no tempo e no espaço (JACOBI, 1992, p.102 – 103), concluindo que o idealismo transcendental leva a um solipsismo parecido com o de George Berkeley.

<sup>7</sup> Hume alertou para que aquilo que produz nossas crenças não tem conexão perceptível com a verdade, porque “dadas as maneiras em que nossa mente trabalha e dado o que a experiência nos apresenta, inevitavelmente acreditaremos no que acreditamos, sejam nossas crenças verdadeiras ou não” (STROUD, 2008, p. 173). Isso porque não há uma conexão, segundo Hume, entre acreditar nas coisas e a existência dessas coisas.

<sup>8</sup> Schopenhauer, que já foi citado em outro momento é entendido pela história da filosofia como um dos grandes discípulos e críticos de Kant, aponta claramente esse aspecto ambíguo do *entendimento* na teoria do conhecimento de seu mestre. Para Kant, diz Schopenhauer, o conteúdo da razão é um conhecimento intuitivo que nos é dado através de representações que nos são trazidas e pensadas através de intuições e conceitos. A intuição para Kant não tem entendimento e é puramente sensorial, portanto aprendemos um objeto através do pensamento abstrato (conceitual). Assim, o objeto é aprendido no pensamento, levando esse para dentro da intuição, pois “é dito que os conceitos do entendimento são os princípios da possibilidade da experiência e que esta é a determinação dos fenômenos no espaço e no tempo em geral; fenômenos estes que, no entanto, estão, sem dúvida, aí na intuição” (SHOPENHAUER, 1991, p. 106).

<sup>9</sup> Essa noção de que não poderíamos ser nada a não ser cérebros em barris é muito consagrada dentro da tradição filosófica. Nos dias de hoje é muito debatida dentro da ainda jovem filosofia da mente. Porém, essa questão

## Conclusão

Assim, vimos que nenhuma das objeções possíveis a meus argumentos é bem sucedida. Consequentemente, devemos rejeitar a afirmação de que para intuir os objetos do mundo objetivo e conhecê-los de forma objetiva seria preciso que a possibilidade da experiência esteja fundada em dois elementos: intuições e conceitos, como pensou Kant. Isso não é correto, pois animais não-humanos, mesmo sendo seres desprovidos de razão, portanto, de juízo, ou seja, de uma faculdade que os permita lidar com conceitos, ainda assim, como sabemos, podem conhecer os objetos do mundo objetivo sem se valerem de um conhecimento abstrato-intuitivo (um tipo de conhecimento que não lida apenas com intuições, mas também com conceitos). Diante disso, a tese de Kant de que a possibilidade da experiência está fundada em intuições e conceitos se mostra falsa, uma vez que animais não-humanos, mesmo destituídos de razão, podem e agem de forma inteligente e análoga à nossa com respeito ao mundo a sua volta, mesmo sem se valerem de conceitos. Haja ver o talento do *Cebus apella* (mais conhecido como macaco-prego) em quebrar coquinhos. A habilidade desse animal certamente envolve conhecimentos adquiridos, algo sofisticado para um animal não dotado de razão. Esses “animais carregam por vários metros pedras com cerca de um quilo que usarão como ‘martelo’ até sítios de quebra – rochas planas ou troncos usados como apoio, chamados de ‘bigornas’, numa referência à base sobre a qual se malham metais”<sup>10</sup> (MARQUES, 2007). A ausência dessa faculdade abstrata-intuitiva (capaz de relacionar não só conceitos, mas intuições) por parte dos animais não-humanos impossibilitaria esses seres de portar estados mentais cognitivos: não identificariam objetos externos, seriam incapazes de produzir representações, o que significa que também não formariam crenças. Sentenças como “Ao ouvir a voz do homem no portão, o cão concluiu que seu dono se aproximava” (como diria Hume) seriam apenas fruto de um “equivoco antropomórfico”.

## Referências

- DESCARTES, R. 1987. *Discurso do método*. São Paulo, Nova Cultural, 154 p. (Os Pensadores).
- FERREIRA, Manuel Carmo. Capítulo 1/capítulo 2. In: Gil, Fernando. *Recepção da Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 37-112.

---

“grudenta”, como nos mostra Hilary Putnam, não pode ser verdadeira, pois ela mesma é auto-refutadora, porque os significados não estão na cabeça como acredita Putnam. Suponhamos que cérebros em barris de vidro pensem em macieiras. Sabemos que as próprias *macieiras* não estão em nossas cabeças. “A existência de ‘significados’ depende da existência de conexões causais entre o que quer que seja [...] sem conexões poderia não haver pensamento” (FETZER, 2000, p. 43).

<sup>10</sup> Recentes estudos mostram que o macaco-prego embora tenha divergido a 40 milhões de anos de espécies como o gorila e os chimpanzés (animais mais próximos do homem na cadeia evolutiva) ainda assim, “o macaco-prego é candidato a se tornar um grande modelo para entender como a espécie humana evoluiu, por volta de 2,5 milhões de anos atrás, a ponto de conseguir usar machadinhas, martelos, arpões e outros instrumentos” (MARQUES, 2007). Para saber mais sobre as proezas cognitivas e sociais do macaco-prego leia a reportagem publicada em agosto de 2004, intitulada: *Gênio da Selva* (“Gênio da Selva”. In: *Cientific American Brasil*. 2004. Disponível em: <[http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/genio\\_da\\_selva\\_imprimir.html](http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/genio_da_selva_imprimir.html)>. Acesso em 14 nov. 2011).

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.1	Junho 2013	p.53-64
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

- FETZER, James H. *Filosofia e Ciência Cognitiva*. Bauru, SP: EUSC, 2000.
- HUME, David. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- JACOBI, Friedrich Heinrich. “Capítulo 2”. In: Gil, Fernando. *Recepção da Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 85-112.
- LEIBNIZ, W. 1987. *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. São Paulo, Nova Cultural, 203 p. (Os Pensadores).
- LOCKE, J. 1987. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo, Nova Cultural, 212 p. (Os Pensadores).
- MCDOWELL, John. *Mente e Mundo*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2005.
- MARQUES, Fabrício. “Com pedras e varetas: macaco-prego usa ferramentas para quebrar frutos ou caçar formigas”. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n.135, maio 2007. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/?art=3226&bd=1&pg=1&lg=>>>. Acesso em: 14 nov.2011.
- MATTHEWS, Eric. *Mente conceitos-chave em filosofia*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Crítica da Filosofia Kantiana*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores, 5ª. Edição). Publicado com a obra *O mundo como vontade e representação (III parte) e Parerga e paralipomena (capítulos V, VII, XII, XIV)*.
- SELLARS, Wilfrid. “Some remarks on Kant's Theory of Experience”. *The Journal of Philosophy* 64, 20: 633-647, 1967.
- SEARLE, John. *O mistério da consciência e discussões com Daniel C. Dennet e David Chalmers*. São Paulo: Paz e terra, 1998.
- STROUD, Barry. “O ceticismo de Hume: instintos naturais e reflexão filosófica”. *Sképsis Revista de Filosofia*, Vol 2, n.3-4, p.169-192, 2008.
- TELES, Alexandre. “Um ensaio sobre a crítica de Schopenhauer à doutrina das categorias de Kant”. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n.26, p.133-159, 2007.